

O Crime do Cabo Arrais

RUBEM BRAGA

Dois presos políticos que estavam em uma fortaleza conseguiram convencer um cabo de que lhes devia dar fuga, e fugir com eles. Conseguiram os três escapar em uma canoa e depois saltar o muro da Embaixada uruguaia, onde pediram asilo.

O chefe da missão concedeu asilo aos dois ex-prisioneiros, mas não ao cabo. Este teve de sair, e na rua foi prêsso.

Não sei que raciocínio jurídico levou o diplomata Amarin a negar asilo ao cabo, nem se, antes de decidir, consultou o seu governo. O direito de asilo, instituição principalmente latino-americana, comporta, na sua aplicação prática, delicadas questões jurídicas e políticas. De qualquer maneira, o diplomata Amarin, por melhores argumentos que tenha para apaziguar sua consciência, fez, na prática, isto: entregou o cabo Arrais à Polícia do Exército. Para esse cabo, a Embaixada em que procurou asilo confiante na tradição humanitária que fundamenta o instituto, funcionou como uma simples arapuca. Antes de entrar ali, ele tinha possibilidade de se esconder, de fugir; mas o diplomata uruguaio levou as mãos à parede e mandou que ele fosse para a rua, onde o esperava a Polícia do Exército.

Acontece que a imprensa uruguaia está anunciando a morte do cabo Arrais na mão de seus carcereiros, que o teriam fuzilado ou torturado até a morte. O embaixador brasileiro desmentiu a notícia, informando oficialmente que o cabo está vivo.

Esperemos que a informação seja boa. Em outros tempos ninguém poria em dúvida o destino do cabo. Todos imaginariam que ele estivesse sendo interrogado para ser processado, e certamente seria condenado, pois sua falta é indesculpável do ponto de vista do dever militar. Imaginariam também que ele estivesse sendo tratado com rigor e, mesmo, com rudeza pelos seus superiores. Mas não passaria pela cabeça de ninguém que ele pudesse ser assassinado ou torturado, pois repugnaria admitir que tais coisas acontecessem dentro do Exército: à própria honra militar repugnam essas práticas covardes em que infelizmente se notabilizaram algumas administrações da polícia civil.

Ora, é triste dizer que depois do movimento de março-abril já ninguém pode ficar tranqüilo ao pensar no destino desse cabo. Eu não tenho, sobre o caso, informação alguma, e faço votos para que a imprensa uruguaia esteja mal informada; detesto levantar acusações sem fundamento. A verdade, porém, é que depois da vitória da Revolução, houve numerosos casos de maus tratos e torturas dentro de quartéis do Exército em vários pontos do território nacional. A certa altura essas misérias cessaram, graças à atitude corajosa de alguns órgãos de imprensa que as denunciavam, à conseqüente indignação pública, no Brasil e no exterior, e ao mal-estar que tais notícias causavam dentro dos próprios círculos do governo, e mesmo, quero crer, em seus chefes.

O fato, porém, é que nunca se cuidou de punir êsses covardes criminosos da «linha dura». E foi certamente essa garantia de impunidade que levou a abusos posteriores, como o assassinio de um sargento de Porto Alegre.

Ontem está o cabo Arrais? Esperemos que, para desfazer qualquer dúvida, e calar seus detratores, o Exército apresente o prisioneiro, são e salvo, à imprensa. Não se trata, afinal, de nenhum criminoso hediondo, mas de um homem que, por simpleza, sentimentalismo ou espírito de aventura — ou um pouco de tudo isso, misturado — «foi na conversa» dos prisioneiros que lhe incumbia guardar. Por que não desmanchar de uma vez a grita e a suspeita em torno de seu destino? Não haveria nisso nenhuma diminuição nem desprestígio da autoridade militar, que só poderia se engrandecer aos olhos dos homens de bem.

P.S. — Não tinha fundamento a notícia, que recebi de São Paulo, da morte de Becelmo Maia. O homem, felizmente, está vivo: mando-lhe um grande abraço, com votos de duradoura ressurreição. — R.B.

5/12/66